

Três Pesquisas Pioneiras em História Econômica (as teses universitárias de Alice Piffer Canabrava)

**ZÉLIA MARIA CARDOSO DE MELLO
FLÁVIO AZEVEDO MARQUES DE SAES
NELSON HIDEIKI NOZOE**

A sensível expansão da atividade de pesquisa na Universidade brasileira na última década tornou evidente que uma reduzida parcela do que é produzido encontra meios adequados de divulgação (seja por meio da própria Universidade, seja por meio da indústria editorial). Não raramente, encontramos teses universitárias publicadas muitos anos após sua conclusão a comprometer, por vezes, a própria atualidade do trabalho. Não é raro também deparar com teses que se transformam em referências obrigatórias aos estudos do tema antes mesmo de passarem da forma mimeografada para a de livro.

As três obras a que nos referimos neste artigo-resenha são exemplos notáveis do caminho reservado a tantos trabalhos apresentados na Universidade. Trata-se do conjunto das teses defendidas pela Prof.a Alice Piffer Canabrava em sua carreira universitária. Os textos originais de 1944, 1946 e 1951 só recentemente – em 1981 e 1984 – foram editados em livros, sendo agora acessíveis ao grande público. Apesar

disso, estas teses ganharam a condição de textos clássicos de História Econômica cuja consulta, obrigatória para tantos pesquisadores, demandava o esforço de localização de uma das raras cópias do texto original. O leitor familiarizado com a História Econômica reconhecerá, de imediato, os títulos das teses da Prof.a Alice P. Canabrava e se lembrará das inúmeras referências que delas encontrou em estudos mais recentes.

O Comércio Português no Rio da Prata. 1580-1640 (São Paulo, FFCL/USP, 1944) é a tese com que a Prof.a Alice P. Canabrava obteve o seu Doutorado em Ciências (História Econômica) na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 1942. Esta obra foi publicada em 1984 (Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, EDUSP) com o mesmo título.

De 1946 é A Indústria de Açúcar nas Ilhas Inglesas e Francesas do Mar das Antilhas. 1697-1755 (São Paulo, 1946) com

COMENTÁRIO

a qual foi obtido o grau de Livre-Docente junto à mesma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Como livro, recebeu a designação *Açúcar nas Antilhas (1697-1755)* (São Paulo, IPE/USP, 1981).

Finalmente, em 1951 a Prof.a Alice P. Canabrava conquistou a cátedra de História Econômica Geral e do Brasil da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo. Apresentou a tese *O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo 1861-1875*, (São Paulo, 1951) publicada agora como *O Algodão em São Paulo, 1861-1875* (São Paulo, T.A. Queiroz, 1984).

Estes três estudos de História Econômica, dedicados a objetos distintos, contêm elementos que permitem demonstrar a unidade presente em sua elaboração. Tal unidade está expressa, por um lado, nos procedimentos metodológicos que presidem a construção das obras. A mesma unidade reaparece, por outro lado, na preocupação de observar aspectos do processo de desenvolvimento de áreas dependentes. Cremos que a breve resenha do conjunto das teses da Prof.a Alice P. Canabrava permita, em seguida, avaliar de modo mais preciso a unidade que as permeia.

O Comércio Português no Rio da Prata. 1580-1640 tem por objeto o estudo dos processos de conquista e dominação comercial luso-brasileira dos mercados situados nos territórios espanhóis e vice-reino do Peru, entre 1580 e 1640. Os eventos considerados na escolha dos marcos cronológicos são indicados na introdução do trabalho. No primeiro ano, afora a unificação das coroas ibéricas, verificou-se a segunda fundação de Buenos Aires, cidade portuária de onde se deflagrou a penetração luso-brasileira, em direção às ricas zonas de mineração de metais preciosos, localizadas no Alto-Peru. 1640, ano da restauração de Portugal, assinalou a decadência do comércio da região do Prata, ten-

dência denunciada desde a instituição da alfândega de Córdoba, em 1623.

A complexidade do desenvolvimento dos processos em tela — em cujo curso intervieram elementos referidos a diferentes conjunturas — requereu da autoapurada habilidade no tratamento de ampla e longa série de informações. Obtidos a partir de pesquisa direta em grande quantidade de documentos em língua espanhola — impressos na Argentina e na Espanha —, os dados foram submetidos a acurado exame. O resultado — distribuído em dezenas capítulos — é a análise do objeto sob múltiplas perspectivas, de modo a permitir apreendê-lo nos contextos socioeconômico e político-cultural do período. Redigidos com sóbria elegância, os capítulos apresentam-se, majoritariamente, compostos de dois ou três itens, estrutura que permite à autora revelar os acontecimentos críticos de cada momento e, em seguida, interpretá-los. Por sua vez, o arranjo dos capítulos em três partes permite o acompanhamento das etapas do comércio clandestino, meio pelo qual a prata de Potosí fluíu para o Brasil.

O primeiro capítulo trata da simplicidade da vida econômica na região platina, antes da segunda fundação de Buenos Aires. Com o feito, inaugurava-se uma rota que percorria vasta área meridional do continente sul-americano situada entre o Atlântico e os Andes, abrangida pelas Províncias do Rio da Prata e de Tucumán. Distinguidos pela baixa densidade econômica — característico da colonização incipiente —, seus territórios acolhiam poucos agrupamentos de população européia, constituídos, em sua maior parte, para dar combate ao índio e, nesta medida, garantir a continuidade da busca de um novo caminho. Separados por imensos vazios de elementos brancos, os núcleos populacionais europeus, embora tivessem ensejado o aparecimento de algumas atividades rurais e certas indústrias domésticas, caracterizavam-se pela quase total ausência de circulação monetária, com o tecido de algodão, o trigo, o ferro e o aço

desempenhando, por vezes, a função de moeda. A eles contrapunham-se as cidades localizadas nas proximidades das zonas de extração da prata, as quais mantinham fluorescente atividade urbana e alto poder aquisitivo. Dentre estas, sobressaía Potosí, cidade que, no século XVII, detinha a posição de maior concentração populacional do hemisfério ocidental, primazia na qual se equilibrava com a cidade do México. Construída em montanha estéril, cuja altitude superava 6.000 metros, a vida urbana de Potosí dependia da importação de gêneros cultivados na circunvizinhança, mormente nos vales úmidos da faixa oriental da pré-cordilheira andina. Aprovisionar seu opulento e numeroso mercado constituía o atrativo das localidades desprovistas de jazidas de metais preciosos. Nesta medida, a segunda fundação de Buenos Aires – determinada pela necessidade de encurtar a rota de comunicação entre a zona de mineração e a Metrópole – poderia ter conferido a seus habitantes um papel privilegiado, em vista de sua excepcional situação geográfica, como porta do Atlântico para a vasta região interiorana. Entretanto, dado o objetivo de proteger os interesses econômicos anteriormente assentados no Peru, a Coroa Espanhola procurou atar o abastecimento do mercado da nova cidade portuária à via tradicional do Pacífico.

A rota oficial do comércio do vice-reino do Peru é o tema do segundo capítulo. Em face da extensão percorrida, da diversidade de meios de transporte e das altas taxas alfandegárias, as mercadorias que circulavam por esta via de tráfego atingiam cifras muito elevadas, inacessíveis aos consumidores das províncias que não dispunham de riquezas minerais. A seus habitantes o acesso direto ao Atlântico poderia redundar na superação da dependência econômica em relação aos comerciantes monopolistas de Lima, circunstâncias que os mantinha numa extrema carência de gêneros europeus.

O terceiro capítulo, que completa a

parte do livro dedicada ao estudo dos antecedentes históricos do contrabando luso-brasileiro, mostra as causas do malogro das tentativas anteriores destinadas ao estabelecimento de um caminho direto entre a região da Prata e o Peru.

Ao comércio luso-brasileiro lícito e de contrabando no vice-reino do Peru, entre 1602 e 1623, é votada a segunda parte do livro, composta de oito capítulos. Após observar a constância dos reclamos da administração buenairense contra a direção das correntes legais de comércio e a repetição dos pedidos pelo direito de tráfego com o Exterior, a autora empreende minucioso exame das permissões de comércio. A primeira licença ocorreu em 1602, com validade limitada para apenas seis anos. Como outras lavradas posteriormente, esta surgiu fadada ao fracasso, pois tentava dar origem a um sistema comercial fictício, sem base nas realidades locais. Ao excluir o couro como matéria de exportação, não considerava justamente o gênero que se tornava abundante na região. Ao omitir o tráfego de escravos, não reconhecia um dos ramos mais lucrativos de comércio. Do mesmo modo, ao obrigar que a exportação fosse feita em navios pertencentes a *vecinos* da cidade, ignorava o fato de que os moradores locais ainda dispunham de capitais suficientes para adquiri-los. Por fim, ao restringir a área beneficiada pela corrente de importação às Províncias do Rio da Prata – mediante a proibição explícita da extensão deste privilégio a quaisquer outras unidades do vice-reino –, acabou por ampliar a zona de influência do porto de Buenos Aires até as regiões mineiras do Alto-Peru, consequência do pequeno valor dos produtos locais no mercado internacional. Em suma, por promoverem concessões muito estreitas, em meio a numerosas restrições, muitas das quais inexequíveis, as permissões de comércio estabeleceram, na prática, um sistema de fraude constante às cláusulas legais de comércio. Ao limitarem a abrangência da noção de comércio lícito, acabaram por ampliar o conceito de contraban-

COMENTÁRIO

do, alternativa que se firma como via de suprimento do mercado potosino e de exportação da prata.

O porto de Buenos Aires tornou-se, sob a vigilância complacente das autoridades de Tucumán, o ponto de entrada de levas crescentes de escravos, sobretudo na proporção do agravamento da escassez de mão-de-obra nas jazidas argentíferas. Trazidos do Brasil ou diretamente da África, os negros rumavam juntamente com as manufaturas importadas, para Potosí; praça donde provinha a prata que alimentava a atividade do porto platense. Da Audiência de Charcas, órgão marcado pela presença de interesses da burguesia de Lima, partiram sistemáticas medidas repressoras ao comércio fraudulento. Consustanciadas em uma série de cláusulas restritivas, repetidamente aditadas, destinavam-se, em última instância, à defesa do monopólio da rota oficial Antilhas-Pacífico, cujo volume transacionado reduzia-se a cada ano. Em face da imprescindibilidade da colaboração das cidades interioranas das Províncias de Tucumán, cujos interesses econômicos ligavam-se à rota comercial do Atlântico, o combate ao contrabando estava condenado ao fracasso. Ademais, os contrabandistas compunham uma organização complexa, da qual participavam funcionários reais de praticamente todas as repartições do vice-reino do Peru.

Constituída de três capítulos, a terceira parte do livro trata da decadência do comércio no rio da Prata. No primeiro, a autora demonstra que a fundação da alfândega de Córdoba revelou-se incapaz de destruir completamente o comércio do porto. As mercadorias de contrabando, em especial os escravos, continuaram a penetrar na região do Alto-Peru. A crise que atingiu o comércio rio-platense após 1623 – analisado em capítulo subsequente – resultou da interação de um conjunto de fatores. A mudança das condições de navegação no Atlântico Meridional – acarretada pela intervenção da marinha holandesa – ocasionou o corte das linhas

de ligação entre Buenos Aires e as regiões fornecedoras da África, Europa e Brasil. Concomitantemente, verificou-se um arrefecimento no ritmo produtivo de Potosí, possivelmente em decorrência da falta de trabalhadores, resultado do fechamento da via africana de suprimento de escravos. O espírito de prevenção contra os portugueses – aparente desde a instalação do Santo Ofício em Lima – intensificou-se depois da restauração de Portugal. A partir de 1642, em cumprimento às cédulas reais emitidas no ano anterior, tiveram início as represálias contra a população na Província do Rio da Prata.

Os efeitos da decadência do tráfego na região platina são vistos no último capítulo. Nos meados do século XVII, Buenos Aires, anteriormente concentrada no comércio marítimo de gêneros demandados pela zona de mineração, apresenta novo direcionamento. Sua economia centraliza-se na exploração de produtos regionais, principalmente o comércio de couros e mulas, atividade empreendida nos dois séculos posteriores. Não obstante a pouca eficácia das intransigentes medidas de defesa dos interesses do comércio limenho, promovida pela Audiência de Charcas, seus desdobramentos fizeram-se sentir durante longo período. Ao suscitar o aparecimento de uma consciência separatista em relação a Lima, lançou as bases da divisão concretizada em 1777, com a formação do vice-reino de La Plata.

O Açúcar nas Antilhas. (1697-1755) constituiu-se de minuciosa análise da produção açucareira nas ilhas do Caribe. A introdução e crescimento desta produção nas Antilhas a partir do fim do século XVII, além de influir sobre a economia brasileira, uma vez que significou a perda do monopólio do produto, modificou o rumo do desenvolvimento daquela região. Como bem coloca a autora no Prefácio em que explica a escolha do objeto, há várias semelhanças e diferenças entre as duas áreas nos vários aspectos da vida social, política e econômica que pre-

cisam ser melhor estudados, derivadas do fato de tais regiões terem produzido o açúcar, confundindo-se, portanto, a história do produto e das regiões produtoras. Esclarecer a história do produto ajuda, pois, a esclarecer a história da região produtora.

A maneira escolhida para desvendar o objeto é esmiuçá-lo, dissecá-lo, como faz um médico ao estudar o corpo, analisando todas as suas partes componentes. Com informes colhidos majoritariamente em fontes primárias, manuscritas e impressas, a autora ao longo dos 10 capítulos do livro cumpre com extremo rigor esta tarefa. A particularização e circunscrição do objeto para seu perfeito estudo é feita, entretanto, tendo-se presente, desde a Introdução, que a ocupação das Antilhas pela Inglaterra e a França efetuou-se dentro das "malhas do sistema mercantilista" e o desenvolvimento das colônias mantém estreita relação com o cenário europeu, segundo as normas do sistema colonial.

A primeira parte do livro — antecedentes históricos — mostra como o açúcar chegou às Antilhas, em que período, quais as dificuldades que obstavam seu pleno desenvolvimento, e, finalmente, como isto foi superado com a presença de elementos procedentes do Brasil — holandeses e judeus portugueses após a expulsão dos batavos do Brasil, como o demonstram fartamente as fontes consultadas.

A segunda parte trata da produção açucareira e, no segundo capítulo, o exame das condições geográficas das Antilhas — seu relevo, sua conformação, clima e solo — revela suas características básicas, a instabilidade, pois sujeita a erupções vulcânicas e tremores de terra e a extrema fragmentação: a maior das ilhas das Grandes Antilhas tem superfície comparável aos pequenos estados brasileiros e nas Pequenas Antilhas a área territorial é sempre inferior a 800 km². Mostra-se que o açúcar gerado, dada a composição do solo, bem como seu rendimento, difere do pro-

duzido no Brasil, e apresentou maiores dificuldades ao colonizador o que representou, nas palavras da autora, um marco na história da conquista do solo. Ao mesmo tempo, a pobreza do solo e o estado de depauperamento da terra levaram à mobilidade demográfica, tendo como consequência uma população estável ou em declínio.

O capítulo 3, dedicado à lavoura canavieira, mostra como as culturas pioneiras — fumo, anil, café, cacau, algodão — serviram para sedimentar uma classe de pequenos agricultores, uma vez que não requeriam recursos substanciais para sua produção.

A análise do processo de plantação de açúcar, por outro lado, mostra qual a mão-de-obra requerida, dado o estado da técnica de cultivo da cana-de-açúcar. Estes elementos juntam-se para revelar como se deu a repartição da propriedade e divisão de trabalho resultante ao final do século XVII: paralelamente à grande propriedade, escravista e monocultora dedicada à produção de açúcar existiu a pequena propriedade, constituída por homens livres criando animais e produzindo fumo, anil ou algodão, além de culturas de subsistência.

Ainda nesta parte incluem-se os capítulos referentes ao equipamento dos engenhos, à técnica de preparo do açúcar e à mão-de-obra. O estudo minucioso do engenho e da técnica então existentes contribui para a compreensão das características antes referidas: o considerável desperdício de matéria-prima faz com que a manufatura só possa se manter desde que assentada sobre considerável base agrária e mão-de-obra escrava.

Além disso, a expansão da lavoura em moldes extensivos, ao mesmo tempo que concorria para a divisão do trabalho antes referida, encontrava limites ditados pelo custo dos transportes, elevados em uma região muito pouco favorável ao desenvol-

COMENTÁRIO

vimento das comunicações, como é mostrado no capítulo 7.

O último capítulo, que trata do financiamento da manufatura açucareira, revela diferenças entre colônias francesas e inglesas: no primeiro caso, o capital surgiu internamente, empregando-se a acumulação na produção do açúcar, enquanto neste o capital foi enviado da Inglaterra. Esta diversidade deriva não só do tipo de desenvolvimento das colônias, das condições metropolitanas, mas também das diferentes épocas em que se realizou a expansão dos estabelecimento coloniais.

A última parte do livro trata da conquista de mercados, com dois capítulos, um referente às diferenças de preços e outro à conquista de mercados propriamente dita: neste, demonstra-se que até o final do séc. XVII o comércio do açúcar na Europa era de responsabilidade de Portugal e Espanha. A partir daí, a elevação dos impostos sobre o açúcar de outras procedências que não o de suas colônias faz com que o açúcar do Brasil perca lugar no mercado. O capítulo mostra também o intenso comércio clandestino que se estabeleceu dentro da Antilhas e entre estas e as colônias da Nova Inglaterra.

Como dissemos anteriormente, a autora alerta para o fato de que as diferenças e semelhanças entre a produção do açúcar no Brasil e nas Antilhas precisam ser melhor estudadas. Ao encerrar a leitura é evidente que este trabalho muito contribuiu para este objetivo, ademais de permitir entender a história das duas regiões. As especificidades ficam claras, e uma delas, o absenteísmo, presente nas Antilhas e não no Brasil, explica algo da formação industrial nas duas regiões. Enquanto no Brasil vai-se formando uma classe de proprietários que permite, ao fim do período colonial, a anteriorização do processo de valorização do capital e o aparecimento de homens com marcada expressão na vida pública e social, que aparecerão como dirigentes de empreendimentos priva-

dos, o processo nas Antilhas é diferente: nas palavras da autora, o absenteísmo impediou conquistas de natureza social e política, de interesse para a coletividade.

O Algodão em São Paulo. 1861-1875 revela o processo de desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo como reflexo dos problemas de mercado gerados pelos eventos da Guerra de Secesão na América do Norte. A pesquisa explorou, como fontes primárias, principalmente a correspondência dos Conselhos Municipais com o Presidente da Província e as notícias publicadas em jornais da época. Tal documentação permitiu à autora reconstituir as tendências mais gerais da expansão e da decadência do algodão em São Paulo e, ao mesmo tempo, reviver aspectos expressivos de vida e de luta quotidiana dos produtores diante do desafio representado pela nova produção.

A conjuntura do mercado internacional permanece como pano de fundo para todo o período do estudo. O estímulo inicial ao desenvolvimento da produção é dado pela interrupção das exportações do sul dos Estados Unidos para a Europa, em especial para a Inglaterra. A elevação dos preços da mercadoria por si não era, no entanto, suficiente para promover o estabelecimento de plantações de algodão.

A Primeira Parte da obra é, pois, dedicada ao estudo dos *Fatores do Desenvolvimento da Cultura Algodeira* em São Paulo. A influência inglesa mostrou-se decisiva não só pelo interesse em adquirir a eventual produção, mas principalmente pelo envio a São Paulo de sementes e de máquinas para beneficiamento que permitiram as primeiras experiências com o algodoeiro. O Governo Central e o Provincial, embora manifestassem desejo de estimular o desenvolvimento das plantações, viram suas ações limitadas pela natureza burocrática dos órgãos da administração e pela ausência de institutos dedicados à pesquisa e à difusão das técnicas agrícolas.

Uma experiência realizada com o patrocínio do Governo da Província de São Paulo — a fazenda experimental de Carlos Ilidro da Silva, em Itu — acabou fracassando, em parte pelo atraso na entrega das verbas prometidas pelo poder público.

A Segunda Parte do livro trata da *Expansão da Cultura Algodeira na Província de São Paulo*. Ensaios com o cultivo do algodão puderam ser observados em quase toda a área ocupada da Província. No entanto, por razões naturais — como condições de solo e de clima — e também por razões sociais — a resistência dos grandes fazendeiros de café diante do algodão —, a principal área produtora localizou-se em Sorocaba e suas vizinhanças. Predominantemente, a produção realizou-se em pequenas propriedades, com trabalho familiar associado, por vezes, a alguns trabalhadores livres em claro contraste com a grande fazenda de café movida pelo trabalho escravo. Nesta segunda parte também são contempladas as limitações ao desenvolvimento do algodão, em particular o alto custo e a precariedade dos meios de transporte à época.

O estudo das *Condições do desenvolvimento da Cultura Algodeira* constitui o objeto da terceira parte. A pesquisa em fontes primárias permitiu revelar as dificuldade encontradas, de início, para a aquisição de sementes do algodão herbáceo não conhecido até então no Brasil. A estes problemas somava-se o desconhecimento das técnicas de cultivo da planta. Desse modo, os primeiros anos são meramente experimentais; os fracassos se sucedem conduzindo muitos até ao abandono das plantações. Mas a persistência de outros tantos plantadores garantiu a superação dos óbices enfrentados nas tentativas iniciais. Questões como a época do plantio, profundidade e espaçamento das covas para as sementes, tratamento e limpeza do terreno tiveram de ser resolvidos lentamente, pela observação dos resultados alcançados e pela correção dos erros verificados. Foi, portanto, no dia-a-dia dos

produtores que se definiu o conjunto de normas técnicas que prevaleceram no cultivo do algodão em São Paulo. Não devemos estranhar, em consequência, que os métodos predominantes fossem os tradicionais com o uso de foice e enxada e a prática de queimadas.

Também as condições de beneficiamento e enfardamento do algodão são estudadas nesta terceira parte. Os processos utilizados no Brasil para o descaroçamento do algodão davam rendimento muito reduzido. Neste particular, a solução foi encontrada na importação de máquinas descarocadoras que incorporavam as inovações recentes. No entanto, eram comuns queixas dos importadores quanto à falta de cuidado no beneficiamento com a correspondente redução no preço pago pela fibra do algodão.

A decadência da cultura do algodão é tratada na quarta e última parte do livro. O declínio do preço internacional da fibra, por força da retomada das exportações norte-americanas, já se faz verificar em 1867. Esta queda do preço foi parcialmente amortecida pela desvalorização da moeda nacional durante a Guerra do Paraguai de modo a prolongar por alguns anos a prosperidade algodeira em São Paulo. Ao longo da década de setenta, a produção paulista declina pela impossibilidade de competir com a norte-americana.

Há notáveis esforços no sentido de resistir à decadência da cultura. Comerciantes de Sorocaba realizam adiantamentos aos pequenos produtores, procurando manter as plantações. O mesmo grupo de comerciantes constitui a Estrada de Ferro Sorocabana que, ao reduzir o custo de transporte, poderia ampliar a margem de resistência nesta fase de declínio dos preços. Mesmo assim, a produção algodeira de Sorocaba não consegue sobreviver por longo tempo.

Outra tentativa registrada nesta fase de decadência se expressa pela instalação de

COMENTÁRIO

fábricas de tecidos na Província. Situadas próximas aos centros produtores da fibra, as fábricas podiam aproveitar a existência da matéria-prima já na fase de preços carentes. No período que se encerra em 1875, seis estabelecimentos fabris de tecidos de grande parte foram instalados na Província, alguns dos quais têm sua existência prolongada até o nosso século.

Este capítulo da História Econômica do Brasil — o da cultura do algodão na Província de São Paulo — encerra elementos presentes em tantas outras atividades agrícolas em nosso País: mercadoria voltada à exportação, uso de formas técnicas tradicionais com baixa produtividade, beneficiamento precário a prejudicar a possibilidade de comercialização da mercadoria quando a concorrência de outras nações se fortalece. A experiência do algodão, no entanto, traz à tona talvez pela primeira vez dois novos elementos: o predomínio da pequena propriedade sem emprego do trabalho escravo e o surgimento de uma proposta de solução à crise da agroexportação por meio da indústria a antecipar processo característico de nosso século.

Cremos que já foram dadas ao leitor indicações breves, mas suficientes para situar a natureza das teses universitárias da Prof.a Alice P. Canabrava. Julgamos oportuno, no entanto, colocar algumas observações adicionais.

Em primeiro lugar, lembrar que a História Econômica — área de concentração dos três estudos — era à época um campo ainda pouco explorado. Poderíamos relacionar os livros sobre a História Econômica do Brasil publicados até 1950, as obras clássicas de Roberto Simonsen e de Caio Prado Jr. Dentro da Universidade brasileira, no entanto, cremos que a obra da Prof.a Canabrava inaugura uma nova fase de pesquisa em História Econômica, definida, principalmente, por procedimentos metodológicos rigorosos. Seria justo lembrar que, à mesma época, em Minas Gerais, o Prof. Francisco Iglesias também iniciava suas

pesquisas sobre a História Econômica do Brasil. É compreensível, pois, que a partir de 1950, aproximadamente, a pesquisa da História Econômica do Brasil na Universidade fosse associada imediatamente aos nomes de Alice Canabrava e de Francisco Iglesias, dois historiadores que se vincularam às Faculdades de Economia da Universidade de São Paulo e de Minas Gerais.

Convém notar, ainda, que a História Econômica, como aí definida, mesmo que fizesse uso de dados quantitativos, não poderia ser identificada com uma História Quantitativa. Em particular, o econômico jamais se esgota no quantitativo em si.

Esta observação se torna clara quando tentamos reconstituir a metodologia presente nas três obras aqui resenhadas. Podemos identificar, neste plano, a influência dos historiadores franceses ligados à revista *Annales*. Fernand Braudel, em nota publicada na revista a respeito de *O Comércio Português no Rio da Prata 1580-1640*, afirmava: "No tocante a estas regiões deserdadas, no começo de sua rude vida 'colonial' uma jovem historiadora brasileira, Alice Piffer Canabrava, formada e orientada, posso assegurar, pela leitura e conhecimento de nossos *ANNALES*, acaba de escrever um livro, seu primeiro livro. Com satisfação, posso dizer que se trata de um livro de grande importância" (*ANNALES*, III (2): 547, 1948).

Para explicitar alguns aspectos metodológicos fundamentais para a escola dos *Annales*, também presentes na obra de Prof.a Canabrava, faremos o confronto com duas outras correntes: a "história positivista" corrente dominante até meados de nosso século e contra a qual se posicionam os historiadores franceses da revista *Annales*, e a tendência recente que à falta de melhor nome chamaremos de "história do economistas" — dentro da História Econômica de realizar um trabalho essencialmente quantitativo e fundado na teoria econômica dominante.

Sinteticamente, a história "positivista" poderia ser caracterizada como uma história puramente "fatural" *événemmentelle*. Este caráter brota da própria concepção do processo histórico para essa corrente de historiadores: o fato histórico (passado) é único, particular, não se repete. Não é lícito, pois, ao historiador reconstruir a história buscando nela elementos de regularidade — procedimento característico das disciplinas científicas. Ao historiador só seria possível "restituir ao passado a incerteza do futuro": ou seja, reconstruindo o passado, o historiador poderia saber porque, entre várias alternativas possíveis, uma — tão incerta quanto as demais — foi percorrida pela História. Esta História é, em consequência, a História Política fatural, construída pelos homens célebres — e por suas decisões individuais, por isso mesmo "incertas" — e expressa principalmente pelos eventos diplomáticos e militares.

Com a escola dos *Annales* — que busca explicitamente a aproximação da História com as Ciências Sociais — há claro deslocamento do objeto de estudo da História e, em consequência, de seus métodos. Enquanto Ciência Social, a História deve buscar no passado regularidades presentes, não nas ações individuais dos grandes personagens, mas nas ações de milhares de homens comuns. O fato histórico que importa para a escola dos *Annales* são os chamados fatos de massa: os grandes movimentos de população, de mercadorias, da produção etc.

Vejamos, então, algumas implicações desta postura geral e que podem ser identificadas nas obras da Prof.a Alice P. Canabrava. Um primeiro aspecto diz respeito à escolha e ao tratamento das fontes. As três pesquisas têm por base amplo levantamento de fontes primárias. Não apenas as "fontes oficiais" privilegiadas pela história positivista, mas todo tipo de fonte primária que possa fornecer informações relevantes. Evidentemente, procedimento anterior é o tratamento crítico dos docu-

mentos para avaliar a veracidade de suas informações. O leitor de qualquer das obras da Prof.a Canabrava teve, certamente, sua atenção atraída pelo peso do uso de fontes primárias na reconstituição histórica: generalizações infundadas jamais são permitidas; quando as fontes indicavam várias alternativas possíveis, cumpre avaliá-las lançando mão de outros documentos e, se ao final uma conclusão definitiva é impossível, cabe deixar a questão em suspense.

Outro elemento marcante no plano metodológico é a consideração minuciosa dos fatores geográficos pertinentes a cada situação histórica estudada. Não se trata apenas de desenhar o quadro geográfico em que se passam os eventos econômicos, objeto da pesquisa. Trata-se, isto sim, de reconhecer a permanência dos elementos geográficos, especialmente no sentido de que as condições naturais possam representar obstáculos importantes, por vezes insuperáveis, às atividades humanas, dado o maior ou menor grau de controle que o homem alcançou em relação à natureza.

Estes dois cuidados — com as fontes e com a Geografia — nem sempre têm sido observados na história dos economistas. É comum, mesmo que não seja geral, a elaboração de séries quantitativas com base em fontes heterogêneas e cujas informações são claramente conflitivas. Por vezes, estas séries servem para conclusões fundamentais ou para a estimativa de modelos com os quais se pretende testar uma hipótese formulada. Muitas vezes, a pesquisa mais cuidadosa em fontes primárias e o tratamento crítico das diversas fontes utilizadas poderia superar dificuldades dessa ordem. Os fatores geográficos também não têm sido contemplados por grande parte dos economistas dedicados à História Econômica, a exigir, por vezes, elaboradas explicações econômicas para eventos condicionados, em grande medida, por condições naturais.

A ruptura metodológica da escola dos

COMENTÁRIO

Annales com a história positivista revela outros elementos também presentes na obra da autora. A absoluta objetividade dos fatos revelados pela história positivista cede lugar a hipóteses a serem investigadas, hipóteses essas que expressam afinal as influências e as preocupações que o historiador absorve de sua própria época. Nesse sentido, a história seria agora subjetiva, ou seja, cada época será capaz de reconstruir a História de acordo com a visão aí dominante. Uma consequência da nova perspectiva é o abandono do "fio cronológico" — o encadeamento dos fatos no tempo — característico da história positivista. O relato histórico, agora, deve ser presidido pela lógica da investigação das hipóteses formuladas. As obras em foco são exemplos nítidos desta orientação. Embora jamais se perca a dimensão histórica dos eventos estudados — ou seja, de eventos situados no tempo e no espaço — o tempo nunca é invocado como elemento explicativo: um fato não explica outro que o sucede no tempo por sua condição de antecedência. Por isso mesmo, a exposição não pode respeitar a seqüência cronológica dos fatos. Estes devem ser articulados logicamente tendo em vista a discussão das hipóteses que orientam a pesquisa.

Do mesmo modo, acreditamos que os temas das obras e o tratamento dado ao objetos de estudo refletem preocupações características do anos quarenta deste século. Sabemos que nestes anos vem à tona a questão do subdesenvolvimento que, no caso brasileiro, se associava às profundas transformações subseqüentes à crise cafeeira de 1929. Crise da agroexportação, crescimento industrial, efeitos da Segunda Grande Guerra sobre a economia brasileira implicavam intensas mudanças no próprio quotidiano das pessoas. Impunha-se, em última análise, a reflexão sobre o que mais tarde se denominou de situações de dependência. Inegavelmente, as três teses da Prof.a Alice P. Canabrava estudam casos concretos de dependência sob perspectiva que permite revelar a complexidade de tais situações. A determinação externa

não é suficiente para dar conta das características específicas do desenvolvimento de cada uma das áreas estudadas. A pesquisa cuidadosa permite revelar como, nas áreas dependentes, podemos encontrar formas de adaptação às restrições externas ou mesmo de criação de novos elementos que escapam a qualquer generalização sobre situações de dependência. O comércio legal no Rio da Prata foi suplantado pelo contrabando, este sim adaptado às necessidades e às oportunidades oferecidas na região: nas Antilhas, uma classe de senhores absenteístas não se afirma política e socialmente, ao passo que no Brasil, em condições econômicas semelhantes, a classe de senhores de engenho garante, após a Independência, sua participação no processo político: a decadência do comércio externo do algodão não determina o fim de toda a atividade mas permite germinar, mesmo que de forma precária, a atividade industrial nas próprias áreas decadentes. Estes são três exemplos, que poderiam ser multiplicados, no sentido de mostrar que os caminhos do desenvolvimento em áreas dependentes estão sujeitos a especificidades que só a pesquisa empírica de cada situação permite revelar. Mais ainda, só por meio da multiplicação de estudos de caso poderíamos avançar rumo a proposições mais gerais a respeito do desenvolvimento em tal situação.

Não é necessário dizer que a produção historiográfica da Prof.a Alice P. Canabrava foi, após a conclusão destas três teses, acrescentada por vários artigos, comunicações, conferências que reafirmam aquela unidade que procuramos evidenciar ao longo deste artigo-resenha. Mais ainda: para cada obra, uma pesquisa profunda, rigorosa, definitiva a assegurar a sua permanência como textos de referência obrigatórios aos que desejam conhecer a temática.

O Comércio Português no Rio da Prata. 1580-1640, O Açúcar nas Antilhas. 1697-1755 e O Algodão em São Paulo. 1861-1875 são textos que não enve-

COMENTÁRIO

Ihecem. Trinta ou quarenta anos após sua elaboração mantêm o vigor, pela solidez

de seus fundamentos, e a atualidade, pela relevância dos temas tratados.